



Programa Nacional de Formação

Em memória de Elizabete Pires e Osmar Hences, educadores populares do Rio Grande do Sul que eternizaram em vida, comprometida e apaixonadamente, a luta pela transformação da realidade brasileira.

I. INTRODUÇÃO

Eis o Programa Nacional de Formação (PNF) da Rede de Educação Cidadã (Recid) construído a partir de um processo coletivo, especialmente sistematizado no Encontro Nacional de Formação, realizado em março de 2009 em Luziânia-GO. O texto está composto por uma memória dos passos da construção do programa, sua finalidade, como será colocado em prática (metodologia), conteúdos, pessoas que pretende envolver, ações a serem realizadas, tempo de duração (cronograma) e a sua representação simbólica por meio da mandala.

Contudo, não é um documento que finaliza a construção do programa, uma vez que a sua essência exige a sua constante reformulação a partir da práxis (movimento de ação-reflexão-ação) e sua abrangência limita-se, por uma opção metodológica, às ações nacionais¹, sendo necessário o seu desdobramento em cada estado, à luz da realidade local. Ele só vai se concretizar com o envolvimento dos(as) educadores(as) que estão desenvolvendo processos de formação com grupos diversos em diferentes regiões do Brasil.

Este Programa Nacional de Formação é parte do Plano de Ação elaborado pela Recid, assim como as Política de Comunicação, de Gestão Compartilhada, Sustentabilidade e de Organicidade, elaboradas no 9º Encontro Nacional da Recid

Enquanto sistematização de um processo de educação popular, este programa não pode deixar de dialogar com a realidade mais ampla na qual deseja interferir. Por isso, dedica, a seguir, alguns parágrafos a uma reflexão conjuntural da realidade: do Brasil e do mundo.

Há uma crise global do modo de produção capitalista, da qual ainda não se sabe exatamente a profundidade e a extensão, mas que desnuda a falência das políticas neoliberais expressas no Consenso de Washington e revela a insustentabilidade econômica, social, ambiental, cultural e política de um modo de organização da sociedade e o esgotamento do modelo de desenvolvimento implementado, com base sobretudo na esfera da especulação, nas últimas décadas e seus valores. Um modelo que reforça a exclusão de centenas de milhões de pessoas e acentua a concentração da renda.

O Brasil sofreu e ainda sofre as conseqüências deste modelo de desenvolvimento e projeto de sociedade. A implantação, no governo Lula, de um modelo “social desenvolvimentista”, baseado no mercado interno de massas, tendo o Estado como indutor do desenvolvimento, e em políticas sociais públicas e em relações internacionais soberanas, permite ao país resistir melhor à crise, com menor aumento do desemprego que no plano internacional, menor aumento da fome e da miséria, sem crescimento generalizado da pobreza, como acontece em outros países.

Contudo, este mesmo modelo “social desenvolvimentista” não enfrenta as contradições fundamentais do sistema capitalista, revelado numa tímida distribuição de renda que mantém os lucros do grande capital, especialmente do sistema financeiro; não conseguindo realizar reformas

1 Este programa aborda as ações nacionais da Rede de Educação Cidadã: Encontros Nacionais, Jornadas de Formação, Rodas de conversa, Mobilizações e Comunicoteca. As oficinas, mobilizações locais, estaduais e macro-regionais, encontros estaduais e macro-regionais deverão estar conectadas às nacionais, no entanto, sua organização cabe às instâncias locais, estaduais e regionais da Rede.

estruturantes e fundamentais (tributária, política, agrária e a do próprio Estado); não resolvendo os conflitos entre agronegócio e a pequena agricultura, entre crescimento econômico e cuidados com o meio ambiente, entre dependência e autonomia, etc.

A crise econômica internacional por si só não garante nem levará à superação do capitalismo, embora possa abrir oportunidades para seu questionamento, desnudamento de suas estruturas e valores, permitindo aos(às) lutadores(as) e aos que querem a transformação (re)colocar como central para a vida e no debate da sociedade a urgência de um outro projeto e modelo, nas palavras do Fórum Social Mundial: “um outro mundo possível”.

Por outro lado, o Brasil, pelo acúmulo dos movimentos sociais e contribuição da educação popular nas últimas décadas, pelos governos populares em construção, tem um papel importante neste contexto de crise, na América Latina e ante os processos em curso em diferentes países: de aprofundamento da educação popular, de organização dos empobrecidos(as) e trabalhadores(as) e na sinalização de uma nova sociedade.

A Rede de Educação Cidadã, à luz desta realidade, busca contribuir nesta tarefa, tendo como horizonte político um Projeto Popular para o Brasil (PPB) e como referencial metodológico seu Projeto Político-pedagógico (PPP), que expressa os princípios de uma educação crítica, busca emancipar os empobrecidos(as) e trabalhadores(as).

Em cada realidade os processos de base, como já demonstra a prática, vão fortalecendo e potencializando a organização e a formação no objetivo de transformar, desde baixo, a realidade local, do município, do Brasil, da América Latina e mundial.

Estes sujeitos sociais desenvolvem por ano cerca de 2000 oficinas de base² a partir de temáticas geradas pela própria realidade, envolvendo cerca de 80 mil pessoas. Configurando assim um espaço de protagonismo popular intervindo na realidade para transformá-la. O Programa Nacional de Formação vem na perspectiva de responder aos desafios, avanços e possibilidades destas ações.

II. CONTEXTUALIZAÇÃO

É necessário lembrar que a Recid formulou e viveu, a partir de 2005, como indicativo do seu planejamento, o seu primeiro programa de formação que resultou na organização de muitos núcleos populares de famílias país afora e apontou a necessidade de sistematizar as experiências. Àquele ano, a Recid elaborou, ainda que com limites, o “Programa de Formação de Educadores(as) Populares e Nucleação de Famílias” que propôs a organização dos núcleos, bem como dos níveis, módulos e temas da formação (Cf. Vamos Lá Fazer o que Será, página 33).

A construção deste segundo Programa Nacional de Formação da Recid (2009-2011) foi um processo participativo composto por diversos passos. A seguir, destacamos apenas alguns, para ajudar a fazer memória do caminho percorrido.

Num **primeiro momento** lembramos do 8º Encontro Nacional da Recid, realizado em agosto de 2007, quando aprovamos, em plenária com 300 educadores, o Projeto Político Pedagógico (PPP), síntese do acúmulo da experiência iniciada em 2003.

A partir de 2008, a Rede assumiu o desafio de transformar as diretrizes do PPP em ações nacionais, regionais, estaduais e locais por meio de um planejamento participativo (**2º momento**) para um período de tempo mais longo. Entre as ações pensadas para este planejamento, revelou-se importante priorizar a elaboração do Programa Nacional de Formação para educadores(as) populares de forma a fortalecer os processos locais e o trabalho de base.

Este tempo de discussão foi um tempo de muita riqueza. Vivíamos as primeiras experiências da consolidação da Comissão Nacional (CN) e a constituição das equipes de trabalho (**3º momento**), entre elas a equipe de Coordenação Pedagógica e de Formação, composta por representantes da CN e do Talher Nacional (TN), a quem foi confiada a tarefa de

2 No ano de 2008 foram realizadas 2000 oficinas e cerca de 110 encontros de formação pela Rede de Educação Cidadã.

coordenar o processo de consolidação deste Programa.

Outro passo importante foi a organização do 9º Encontro Nacional (**4º momento**) em julho de 2008 com desafio de identificar os elementos necessários para organização inicial do planejamento participativo com linhas de ação até 2010. Neste sentido, propomos como método participativo do levantamento e diagnóstico da realidade o recurso das “Cartas Pedagógicas” que foram trabalhadas nos “Círculos de Cultura” durante o 9º Encontro Nacional.

Assim o fizemos. Foi maravilhoso ver as cartas pedagógicas como expressão viva e simbólica da realidade da Rede de Educação Cidadã serem traduzidas, por um coletivo de 130 educadores, nos círculos de cultura e nos círculos temáticos: trabalho de base e formação; comunicação; organicidade; gestão compartilhada e sustentabilidade. A riqueza do processo foi ver cada um(a) sendo provocado(a) a identificar as contradições, desafios e aprendizados.

O círculo temático: “Formação e Trabalho de Base” reafirmou a importância de organizar, de forma contínua e por um período mais longo, processos de formação com educadores(as) populares à luz do PPP, nas esferas nacionais, regionais e locais. Foi apontada a relevância da pesquisa participante no levantamento do universo temático, com ênfase para o aprofundamento da metodologia da educação popular freireana e o estudo da realidade brasileira valorizando pensadores(as) na perspectiva da transformação social.

Outro aspecto recomendado foi a prática da sistematização das experiências de educação popular na Rede como contribuição para a construção do Projeto Popular para o Brasil, assim como a importância da formulação de indicadores qualitativos para avaliação dos processos em curso.

A partir disto, uma equipe ficou com a responsabilidade de organizar uma síntese das produções dos círculos de cultura temáticos e devolvê-la, por meio da pesquisa participante (**5º momento**), aos estados; Pesquisa esta que foi constituída também como uma avaliação da caminhada e de um processo de levantamento do universo temático.

E assim, em mais um passo, realizamos o Encontro Nacional de Sistematização do Programa de Formação (**6º momento**), em março de 2009, com a presença de 1 educador(a) de cada estado e do Distrito Federal. Nesta oportunidade, a partir do conjunto das pesquisas enviadas pelos estados, levantamos o universo temático nacional e desenvolvemos quatro propostas que buscaram articular os temas numa proposta metodológica, momento que revelou uma grande sintonia de concepções.

Os(as) educadores(as) assumiram a responsabilidade de planejar, com o coletivo estadual, o processo de formação em etapas, relacionando os temas nacionais deste programa aos temas locais, num processo dialético de estudo que tenha como foco a qualificação do trabalho de base.

Um grupo de trabalho, indicado pela própria plenária do Encontro de elaboração do Programa, junto à equipe de Coordenação Pedagógica e de Formação (TN/CN), outros membros do TN e uma representação do Instituto Paulo Freire concluiu a sistematização do Programa Nacional de Formação.

Apresentamos a sua organização também em uma “mandala”. Ela expressa, simbolicamente, nossa esperança, concepção e intencionalidade: a contínua e histórica construção, processual e circular, num movimento articulado em rede de superação conjunta das nossas contradições e das contradições da realidade. Seguimos de mãos dadas nessa caminhada, inquietante, exigente e afetuosa, na busca de sujeitos, relações e realidades libertadoras e humanizantes.

III. O QUE QUEREMOS (OBJETIVOS)

A finalidade do Programa Nacional de Formação é:

Desenvolver processos de formação, continuados e integrados, de educação popular, com trabalhadores(as) e grupos vulneráveis, referenciados no Projeto Político Pedagógico da Rede de Educação Cidadã, para fortalecer os processos de formação de grupos e núcleos e a organização popular tendo em vista a construção de um Projeto Popular para o Brasil.

As finalidades específicas deste programa:

- Fortalecer o trabalho de base como elemento fundante da educação popular, garantindo o protagonismo de todos os sujeitos envolvidos(as);
- Estudar e desenvolver o referencial teórico-metodológico da educação popular freireano em diálogo com outros(as) pensadores(as) do campo pedagógico;
- Desenvolver metodologia de sistematização de processos educativos da RECID;
- Potencializar a gestão compartilhada, a comunicação, a organicidade e a sustentabilidade em rede;
- Fomentar a articulação com outras redes e movimentos;
- Aprofundar os instrumentos de análise de funcionamento da sociedade (conjuntura e estrutura social – Estado, modos de produção ...);
- Ampliar a participação de novos (as) e jovens educadores (as) nos processos de formação.
- Contribuir com o fortalecimento da identidade da Recid;

IV. COMO FAREMOS (METODOLOGIA)

Este Programa parte da idéia, primeiro, do protagonismo popular. Articulados em rede, os sujeitos envolvidos vão fortalecer os processos de formação com diferentes grupos e núcleos nas comunidades, bairros, associações, articulados com movimentos sociais, sindicais e populares, com pastorais sociais e expressões religiosas, ONGs e etc. Para isto, temos como marcos a metodologia da educação popular com base em Paulo Freire. Neste sentido, as equipes de educadores distribuídas por todos estados da federação e Distrito Federal, juntamente com as equipes de coordenação geral e acompanhamento das atividades, mais centenas de pessoas, militantes, voluntários(as), coordenam a execução de atividades educacionais: oficinas de formação, encontros regionais, encontros macrorregionais e encontros nacionais.

As atividades centrais são as oficinas, que buscam levantar a realidade local e articular esta aos temas mais gerais no que toca ao exercício da cidadania e à transformação social. Ressalte-se, também, a importância da vivência com os grupos e núcleos além de momentos específicos das oficinas. Portanto, é a partir de uma leitura e análise atenta e crítica da realidade local, articulada com a conjuntura mais global, à luz do PPP, que os educadores(as), num coletivo, vão optando por quais processos de base vão fortalecer: organização de quilombolas, de mulheres e indígenas, por exemplo. Mas isso, quem vai dizer é a realidade local.

Esse esforço coletivo fomenta os encontros locais, estaduais e as jornadas de formação, que por sua vez dão elementos para os encontros entre as regiões do país, articulando a análise das realidades locais, estaduais e nacionais formando uma rede de conhecimento, análise e criação de mecanismos de enfrentamento das violações de direitos e exercício de cidadania. Em rede os sujeitos envolvidos assumem responsabilidades individuais e coletivas na solução da problemática social local e nacional, tornando-se protagonistas deste esforço.

Concebendo a educação popular como um processo contínuo e permanente, a metodologia proposta por este Programa está referenciada no Projeto Político Pedagógico da Recid.

A prática educacional da Rede de Educação Cidadã busca realizar suas atividades seguindo os três momentos pedagógicos da educação popular: estudo da realidade, aprofundamento teórico e aplicação do conhecimento (diretriz 8.3 do PPP), sempre numa relação de diálogo (princípio nº 7, PPP) com as diferentes realidades e experiências. A idéia da ação-reflexão-ação guia a prática educacional. Cada atividade realizada deve conter estes três momentos, da mesma forma, todo o processo de formação segue este caminho.

1- Partir da Realidade imediata, que é resultado não só de uma ação ou experiência, mas de diferentes visões de mundo e de toda uma prática social e histórica, *PARA QUÊ*:

2- Possamos apropriar-nos de conceitos teóricos que nos permitam conhecer as distintas

dimensões da realidade imediata e global, descobrindo as contradições mais profundas, *COM O OBJETIVO DE:*

3- Realizar ações transformadoras através de uma prática revolucionária desenvolvendo estes conhecimentos teóricos como orientação para construir uma nova realidade.

Estudo da Realidade: Ter a prática social como ponto de partida é partir da problemática concreta de determinado grupo e de suas necessidades, do conhecimento que já possui sobre determinado tema e do seu nível de consciência. A prática social é composta por elementos objetivos e subjetivos da realidade e dos sujeitos; ela não é homogênea, é contraditória e submetida à ideologia dominante, contudo, com manifestações de resistência. Deste contexto busca-se o universo de temas a serem trabalhados e o tema gerador, ou estruturador dos demais, que é o segundo momento.

Aprofundamento teórico: Realizar a teorização sobre a prática permite descobrir as contradições internas da prática social, indo além da aparência dos fatos até atingir seus elementos essenciais, passando do conhecimento empírico ao conhecimento teórico. Teorizar sobre nossa prática permite que aprofundemos o conhecimento sobre a realidade. Assim podemos situar nosso cotidiano dentro de um conjunto da totalidade social, fazendo um movimento complementar à ação-reflexão-ação que sai da particularidade para a generalidade, do específico para o global, do micro para o macro. Ao realizar nossa própria teorização torna-se necessário confrontar nossos conhecimentos com os de outras práticas, já sistematizados, tudo isso contribui para a reflexão e reinterpretações da teoria nos possibilitando qualificar nossa prática (ação-reflexão-ação).

Estratégias de ação: Fazer da teoria um guia para nossas ações práticas é dar continuidade à reflexão do segundo momento, completando o círculo da ação-reflexão-ação. Organizando nosso plano de ação para colocá-lo em prática intervindo na realidade. Nesse momento voltamos a caminhar do plano mais geral para o específico, do macro para o micro, da abstração para o concreto.

Todo esse processo só tem sentido se for coletivo, com a participação de todas pessoas envolvidas, afinal partir da realidade é também partir da coletividade.

Elementos transversais:

Há alguns elementos que são transversais a todo esse movimento e necessitam estar presentes e assegurados em todas ações. Por isso, mais do que estudados devem ser vivenciados e incorporados em todo o processo formativo. Esses elementos são:

Sistematização: Sistematizar um momento educacional é organizar os conhecimentos produzidos pela prática. Refletir sobre a ação para qualificá-la retomando os momentos pedagógicos ao produzir conhecimentos novos. Por exemplo, filmar um encontro e editar um documentário sobre o mesmo é uma forma de registro e pré-condição para sistematizar a prática. Da mesma maneira, escrever cartas pedagógicas, fazer desenhos que representem a experiência, encenar a vivência em peça de teatro, etc.

A inserção da prática sistematizadora em processos de educação popular tem revelado a pertinência e a relevância dessa ação no amadurecimento teórico e prático das experiências. Numa educação que atua sob uma perspectiva emancipadora, o processo de sistematização é concebido como uma construção participativa de conhecimento que garante o protagonismo dos sujeitos que com ela estão envolvidos.

Desvelar o mundo diante de nossos olhos, ressignificando ações que muitas vezes foram esvaziadas de seu sentido ético-político-pedagógico pelo acúmulo de atividades na busca pela concretização das metas estabelecidas, é uma das possibilidades que o processo de sistematização traz aos autores/sujeitos que vivenciam a educação popular. Da mesma forma,

permite uma análise crítica sobre a própria prática, à medida que a reordena e percebe os elementos que a condiciona ou a faz avançar, bem como os seus aprendizados.

São de grande valia para desencadear os processos de sistematização organizar momentos de formação para a sistematização com os educadores da Rede que vão coordenar os processos. Momentos de reflexão sobre O que é sistematizar? Para que sistematizar? Como sistematizar? Como comunicar a experiência?

Humanização das relações e mística: Ao praticar uma educação diferenciada criamos posturas críticas que combatem a desumanização provocada pela mercantilização e “coisificação” da vida promovida pelo modo de produção capitalista (diretrizes 3.3 e 3.6 do PPP). Portanto, a valorização da equidade de gênero, etnia, geração, sexo e classe, e a promoção de uma mística da libertação são práticas essenciais a todos os processos educacionais da Rede. Não se trata apenas de respeitar as diferenças, mas valorizá-las como a essência da própria vida. Neste sentido construímos a prática de escuta e de diálogo atentos e capazes de perceber e de respeitar a riqueza da diversidade (diretriz 12.2 do PPP).

Cultivar a solidariedade como valor é incentivar a emancipação e autonomia, e combater a postura de concorrência que o mercado nos impõe, o paternalismo de nossa sociedade autoritária. Este e outros valores são necessários desde as posturas individuais até coletivas e sociais.

A mística deve ser vivida como sentimento de pertença, gratuidade, partilha, construção coletiva e cultivo de valores sem perder a visão e a prática do objetivo maior que é a libertação (diretriz 12.1 do PPP). E essa vivência se fortalece tendo como prática social o amor, o cuidado, a reconstrução de nossas sensibilidades em todas as nossas relações, possibilitando-nos falar de nossos sonhos, de nossas angústias, de nossos medos e tristezas, de nossos problemas concretos e de nossas possíveis soluções.

Isto se traduz concretamente, em nossos espaços formativos, com o cuidado com a acolhida aconchegante, com o(a) outro(a), com a preparação de um ambiente gostoso para a formação, com a garantia da participação, valoração de elementos lúdicos e criativos, etc.

Comunicação: A comunicação é a essência do diálogo. Para nos relacionar com as pessoas temos que nos comunicar, temos que nos sintonizar uns aos outros. Os saberes dependem das relações e da comunicação para existir. É neste sentido que a comunicação torna-se um elemento transversal.

A comunicação, na Recid, é entendida como um processo coletivo de construção do conhecimento, de humanização, de diálogo, de relações horizontalizadas e de expressão da diversidade, tendo em vista a perspectiva da sua democratização e da transformação social (ver Política de Comunicação, 9º Encontro Nacional).

Há várias formas de nos comunicar, portanto, temos que buscar diferentes linguagens para dar conta da diversidade entre as pessoas, tarefa na qual todos(as) educadores(as) são responsáveis. Utilizando estas linguagens temos que socializar os conhecimentos produzidos dentro e fora da rede, não apenas para a partilha, mas também como elemento de disputa simbólica, de valores e idéias na sociedade. Comunicar o que produzimos é estabelecer relações com os outros, saindo do isolamento, construindo resistência e emancipação.

A comunicação de nossos saberes está diretamente relacionada à sistematização de nossas ações. Como foi dito acima sistematizar é organizar nossa prática; comunicar é dar vida e aplicação prática para o que produzimos. Nos comunicamos através de meios e formas (jornais, fanzines, utilização de símbolos, teatro, etc). É preciso explorar todos os sentidos e canais possíveis em nossa comunicação.

Organicidade: A organicidade é vista como unidade da ação pedagógica nas várias instâncias, contemplando a diversidade regional e local (especificidades do trabalho de base). É a relação que cada pessoa tem com o todo da Rede.

Gestão compartilhada A gestão compartilhada vai além da gestão de recursos para a gestão do todo da rede. A co-responsabilidade é que dá o tom, trazendo, aos envolvidos nas ações, um olhar de sujeito e não apenas de participante. Neste ponto, a organicidade se cruza com a gestão compartilhada são exercícios de construção da autonomia da Rede como um organismo, ou uma organização, que reúne a diversidade para objetivos comuns.

Este elemento transversal requer que o planejamento de todas as ações seja participativo, que toda tomada de decisão seja coletiva, que a Rede viva a democracia e a participação (Princípio nº 11, PPP). Assim atingimos as relações de poder em busca da horizontalidade e valorizamos a participação efetiva e afetiva.

Avaliação: A avaliação sobre as ações do Programa Nacional de Formação (PNF) deve considerar o processo coletivo de construção dos processos, envolvendo planejamento da ação, execução e a produção de materiais. Este processo sempre envolverá indicadores materiais e subjetivos dos grupos envolvidos.

Portanto, o Programa Nacional de Formação deve pensar todas suas atividades respeitando os momentos pedagógicos junto com a vivência da sistematização, humanização das relações, comunicação, gestão compartilhada, organicidade e avaliação..

Assim, enquanto instrumento político-pedagógico, a educação popular, é um espaço que produz e desvela relações conflituosas e contraditórias da sociedade; mas, ao mesmo tempo, permite o estabelecimento de relações afetivas, cooperativas e solidárias, com práticas pedagógicas participativas, propositivas e respeitadas, que possibilita o encontro e os confrontos a respeito da construção de saberes e de estratégias de intervenções concretas na realidade.

V. CONTEÚDOS

Os conteúdos trabalhados pelo Programa Nacional de Formação foram elaborados a partir da Pesquisa Participante, realizada no segundo semestre de 2008 e início de 2009. Trata-se, contudo, de uma lista aberta de temas a serem estudados. Pois, consideramos que o importante é que cada atividade esteja vinculada à realidade de quem participará do Programa. Desta forma, os conteúdos estão divididos em quatro grandes esferas que vão se cruzar durante as atividades de formação nacional da Rede. Por outro lado, a avaliação continuada das atividades poderá acrescentar ou retirar conteúdos.

Tema: Metodologia da educação popular

Subtemas:

- Sistematização
- Análise de conjuntura
- Projeto Político Pedagógico da Rede de Educação Cidadã
- Aprofundamento da obra “Pedagogia do Oprimido” – Paulo Freire
- Gestão Compartilhada e humanização das relações
- Mística
- Avaliação processual

Tema: Desenvolvimento e Projeto de Sociedade

Subtemas:

- Capital e trabalho
- Estado e Sociedade Civil
- Economia Capitalista e Economia Solidária
- Autogestão social política e econômica
- Divisão social do trabalho
- Controle social pela base
- Democracia e soberania

- Diferentes formas de democracia
- Novos valores e ações para efetivação do poder popular

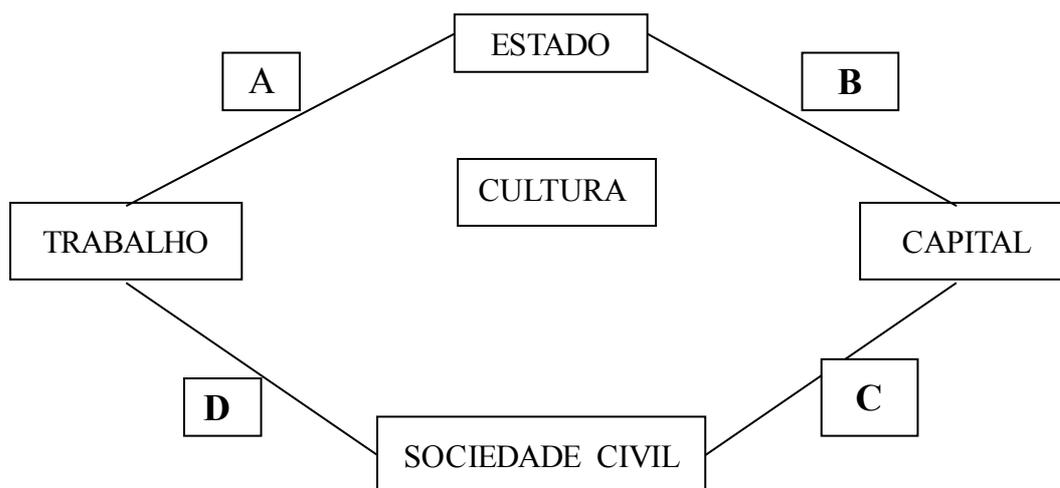
Direitos Humanos

Estruturamos este campo temático em dois pares dialéticos articulados entre si e tendo como eixo de mediação a questão da Cultura.

Este esquema metodológico corresponde a estrutura do metabolismo social da sociedade capitalista ,com seus 3 eixos estruturantes: Capital, Estado e Trabalho assalariado.

A articulação destes elementos corresponde a idéia de Projeto de Sociedade ou de Desenvolvimento.

Ressaltamos que,no centro desta “matriz metodológica”, colocamos a questão da Cultura e da Ética,na linha gramsciana da ‘revolução moral e intelectual do cotidiano’,o processo de construção da hegemonia cultural.



Temas como HISTORIA e Analise de Conjuntura,são transversais a todo o Universo temático. Neste esquema podemos contextualizar os múltiplos sub-temas:

Estado e Sociedade

poder político, reforma do estado,políticas publicas,controle social,modo de produção,formação social,movimentos sociais,poder popular,formas democracia,questão urbana,campo e cidade,reforma agrária,revolução e reforma,socialismo e capitalismo,Estado e nação,realidade brasileira,

Capital e Trabalho

formas de propriedade,alienação,autogestão,cogestão,divisão do trabalho,formas de propriedade (privada,estatal e social),campo e cidade,questão urbana,

Cultura

ética,direitos humanos,alienação,ideologia.

Tema: Gestão, organicidade e sustentabilidade

Subtemas:

- Relações de poder e concepção de rede
- Marco legal brasileiro

- Concepção de gestão compartilhada
- Elaboração e gestão de projetos
- Mobilização de recursos
- Orçamento público (PPA, LDO, LOA)

Tema: Comunicação

Subtemas:

- Instrumentos e meios
- Democratização de comunicação (interna e externa)
- Movimento social da comunicação
- Diferentes linguagens e formas
- Recepção crítica das mensagens dos meios de comunicação (quem é o emissor, qual é a mensagem, quem é o receptor, qual a intencionalidade da mensagem, etc)

VI. COM QUEM? (PESSOAS QUE PRETENDE ENVOLVER)

Os sujeitos a serem envolvidos, como é dito na Introdução, são os catadores, carroceiros, desempregados, pescadores, população negra, povos indígenas, grupos de direitos humanos, grupos LGBT³, artistas de teatro e cultura popular, agricultores familiares, marisqueiras, gaioteiros, acampados e assentados, agentes pastorais, ribeirinhos, comunidades e povos tradicionais (originários) e povos de terreiro, redes de saúde e cultivo agroecológico, mulheres, jovens, meninos(as) de rua, e outros(as), no objetivo de transformar, desde baixo, a realidade local, da cidade, do Brasil, da América Latina e mundial. Ou seja: todas pessoas que vivem de seu trabalho e demais grupos vulneráveis.

O Programa Nacional de Formação deve voltar-se e envolver estas pessoas e suas comunidades, que são os beneficiados dos programas sociais do governo, os excluídos, que historicamente não têm voz nem vez, os que em primeiro lugar sofrem e são atingidos pelas crises, como a atual crise econômica.

Para chegar neles e envolve-los, é preciso formar educadores e educadoras populares, contratados e voluntários, que vão trabalhar junto a estas populações, articulados com movimentos sociais e populares, com pastorais, com o movimentos sindical, ONGs, etc.

Os diferentes sujeitos envolvidos no processo, participarão dos Encontros Nacionais de Formação, das Jornadas e das Mobilizações. As pessoas a serem envolvidas participarão das Rodas de Conversa, da Comunicoteca e de outras atividades articuladas com as organizações sociais.

VII. COMO VAI ACONTECER O PROGRAMA (AÇÕES)

As ações estão descritas em duas partes: 1º o que é a ação (com detalhes sobre como ocorrerá), 2º para que a ação (finalidade da ação).

Ciranda de Educação Popular

O quê? Encontros nacionais, com duração de 5 dias com presença de, no mínimo, três pessoas por estado (81 pessoas), mais a Comissão Nacional (10 pessoas) e Talher Nacional (10 pessoas), e ações de multiplicação formativa nos estados, animadas pelos participantes do momento nacional, com 5 dias (40 horas), podendo ocorrer em várias etapas. Estes encontros deverão contemplar os momentos pedagógicos da Educação Popular – estudo da realidade, organização do conhecimento e aprofundamento teórico, estratégias de ação – os métodos e

3 LGBT – Lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, e transgêneros.

técnicas destes encontros deverão ser explicitados na organização dos mesmos. Para organizar os encontros devem ser levados em consideração os elementos transversais: sistematização (como, quando, e quem vai fazer); a organicidade, gestão e planejamento compartilhados que garantam a participação coletiva no processo; a comunicação da experiência a interlocutores diversos; a valorização da diversidade de gênero, etnia, sexo, geração, classe. Os momentos de multiplicação nos estados devem seguir o mesmo caminho, adaptando-o à realidade local. O processo de avaliação de cada encontro será um termômetro para a construção do seguinte.

Para quê? Espera-se com a “Ciranda” o aprofundamento coletivo da vivência da metodologia da educação popular e dos princípios e diretrizes do PPP. Outro resultado é a produção de materiais sobre estas experiências através da sistematização coletiva, tanto nacional quanto nos estados. Por fim, espera-se a mobilização capilarizada de todos envolvidos na Rede para ações diversas que contribuam para a superação do modelo capitalista e a construção do Projeto Popular para o Brasil.

Jornadas de Formação

O quê? As jornadas devem ter a participação das pessoas e grupos que o programa pretende envolver, ter permanente relação com as realidade regionais e locais e com as mobilizações em curso. Serão bimestrais, a partir de julho de 2009, em que cada instância da Rede se organizará para realizar estudos fomentados através de materiais disponibilizados pela Comunicoteca. O Estado define o tema, fazendo a relação com a realidade local e nacional, no sentido de articular a teoria e prática e em que medida o estudo poderá contribuir para qualificar a nossa prática pedagógica.

Os Estados podem e devem buscar outras fontes de consulta. Os resultados das Jornadas de Formação deverão ser disponibilizados na Comunicoteca, assim como partilhados nos encontros nacionais de formação: “Ciranda de Educação Popular”. As jornadas podem ser organizadas em forma de grupo de estudo periódico, semana pedagógica, seminário, atividades culturais, filmes com debates, teatro do oprimido, etc. Como em todas atividades, os três momentos pedagógicos devem ser assegurados, assim como os elementos transversais.

Para quê? Propiciar o aprofundamento e a difusão de diversos referenciais históricos e de estudo básicos para a compreensão da conjuntura e dos elementos do Projeto Popular para o Brasil. Produzir materiais teóricos sobre as experiências de educação popular da Rede, assim como socializar as mesmas.

Rodas de Conversa

O quê? Serão atividades desenvolvidas no âmbito dos estados com o objetivo de criar espaços de estudo, debate, articulação e construção conjunta com diversos movimentos e organizações sobre diferentes temas de interesse e sistematização das experiências de educação popular.

As Rodas de Conversa possuem como fundamento a concepção de Círculo de Cultura na perspectiva freiriana. São um espaço de ação educativa em que os participantes estão envolvidos em um processo comum de ensino e aprendizagem, com liberdade de fazer uso da palavra (se expressar), intervir, estabelecer relações horizontais, vivenciar ações coletivas, resignificar suas práticas e concepções, reler o mundo em que estão inseridos; isso mediados pelo diálogo, num processo reflexivo⁴.

Nesse sentido, as Rodas de Conversa não podem se limitar a um espaço de interação por meio do qual as pessoas apenas se informam ou apresentam seus pontos de vista. No âmbito da educação popular, as Rodas de Conversa, fundamentadas na concepção do Círculo de Cultura, devem contribuir, para o amadurecimento político dos grupos populares.

Para quê? Potencializar e aprofundar os processos de formação em Rede. Criar espaços emancipatórios de articulações locais entre redes e coletivos com temas comuns e pertinentes ao PPB. Bem como desenvolver processos de sistematização das experiências.

⁴ Alguns saberes necessários à prática educativa, enquanto fios condutores da educação emancipadora, estão sistematizados em *Pedagogia da Autonomia*, de Paulo Freire (1996).

As propostas seguintes interagem diretamente com outras políticas do Plano Global da Recid. A Comunicoteca é ação tanto do PNF quanto da Política de Comunicação. O Encontro de Gestão é ação do PNF e da Política de Gestão Compartilhada. Os Encontros Nacionais e a Mobilização são ações do PNF e do todo da Rede.

Mobilização

O quê? Educadores e educadoras, bem como as pessoas envolvidas no programa de formação serão estimuladas e participarão de processos e ações de mobilização, como jornadas de luta, grito dos excluídos, marchas, conferências e etc. A participação será parte integrante do Programa de Formação.

Para quê? As ações concretas estão descritas como elemento da formação na metodologia deste programa, chamadas de terceiro momento pedagógico, são o momento de dar ênfase à prática social. A mobilização é uma forma de intervenção social para a transformação da realidade, um exercício e uma experiência de aprendizado ao mesmo tempo – formação na ação.

Comunicoteca

O quê? Espaços de armazenamento virtual e material de multimeios (textos, sons, vídeos, figuras, dinâmicas, livros) de acesso nacional irrestrito. Sua implementação depende do mapeamento, organização e disseminação de bibliografia, filmes, músicas, lutas relativas a cada tema e elemento transversal, incluindo a bibliografia do PPP e experiências desenvolvidas pela Rede. É uma atividade continuada e disponibilizada em meio eletrônico e material.

Para quê? Fazer circular e socializar a reflexão teórica e os materiais pedagógicos, produções de instrumentos e experiências de educação popular, participação, mobilização, comunicação e outras mais para qualificar nossa ação político-pedagógica. Fomentar uma cultura de sistematização e comunicação de nossa caminhada.

Encontros de Gestão

O quê? Realizar encontro de gestão (setembro e/ou outubro 2009) – partir das experiências dos estados para discutir gestão compartilhada e elaboração de projetos – indicar fontes para financiamento (2010/2011).

Para quê? Capacitar os(as) gestores na linha da gestão compartilhada dos recursos públicos a partir das orientações colocadas pelo marco legal e também apontar rumos para a sustentabilidade e articulação da Recid.

X Encontro Nacional

O quê? Realizar o X Encontro Nacional da Recid com o tema “Projeto de Sociedade” e modelo de desenvolvimento” (primeiro semestre de 2010).

Para quê? Aprofundar identidade da Recid, Educação Popular como Política Pública? Rede de educação Cidadã, Popular ou de Educadores Populares. Qual forma de organização? E fazer o debate sobre Projeto de Sociedade para além da disputa eleitoral.

VIII. QUANDO VAI ACONTECER (CRONOGRAMA)

As atividades sublinhadas são aquelas que interagem com as demais políticas do Plano Global da Rede.

	1º SEMESTRE	2º SEMESTRE
2010	<ul style="list-style-type: none"> • <u>Encontro Nacional de Gestão</u> • 1ª etapa da Ciranda • 1ª Jornada Pedagógica nos estados <u>Comunicoteca e Mobilização</u>	<ul style="list-style-type: none"> • X Encontro Nacional - tema: Projeto de Sociedade e Modelo de desenvolvimento, com a realização da 2ª etapa da Ciranda • 2ª Jornada Pedagógica nos estados <u>Comunicoteca e Mobilização</u>
2011	<ul style="list-style-type: none"> • <u>XI Encontro nacional</u> – Tema: Gestão e sustentabilidade da Recid, com a realização da 3ª etapa da Ciranda • 3ª Jornada Pedagógica nos estados <u>Comunicoteca e Mobilização</u>	<ul style="list-style-type: none"> • 4ª etapa da Ciranda • 4ª Jornada Pedagógica nos estados <u>Comunicoteca e mobilização.</u>



- Legenda:**
- Núcleo (amarelo fogo):** O que queremos (objetivo geral)
 - Raios (cores do arco-iris):** O que queremos (objetivos específicos)
 - Contorno do núcleo:** Elementos transversais
 - Nuvens e gotas (ar e água):** Conteúdos (temas)
 - Contorno externo do círculo (terra e símbolos da militância):** Ações (em ordem cronológica)

VIII. FONTES BIBLIOGRÁFICAS:

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

_____. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

_____. *Projeto Político Pedagógico - Rede de Educação Cidadã*. Brasília-DF, 2007.

_____. *Vamos lá fazer o que será: Mobilização Social e Educação Cidadã* – Rede de Educação Cidadã. Brasília-DF: Talher Nacional, 2006.